

O “efeito ciência”: notas sobre a linguagem do saber acadêmico

Os efeitos da fragmentação do conhecimento e da lógica disciplinar – fatores que regem a vida acadêmica na atualidade – já são visíveis tanto na linguagem das ciências humanas e sociais, quanto no viés epistemológico que as inspira: o modelo de produção das ciências da natureza. As pesquisas realizadas hoje no âmbito das ciências sociais, puras e aplicadas, e das humanidades, tem resultado em textos escritos na maioria das vezes em tom relatorial, em que o cuidado com o estilo é (mal) visto como um resquício do ensaísmo que um dia já foi a marca das ciências humanas. O tema é polêmico e essa discussão passa por um exame da estrutura do campo universitário, locus por excelência da produção de conhecimento.

Ao discorrer sobre o funcionamento do mundo acadêmico, o sociólogo francês Pierre Bourdieu deixa evidente um elemento que costuma ser negligenciado nesse universo: a produção do conhecimento na universidade está atrelada a dois pólos diametralmente opostos – o saber e o poder. Como lembra Bourdieu, o campo acadêmico é “o lugar de uma luta para determinar as condições e os critérios de pertencimento e de hierarquia legítimos, isto é, as propriedades pertinentes, eficientes, próprias a produzir – funcionando como capital – os benefícios específicos assegurados pelo campo” (BOURDIEU, 2011: 32).

Pertencimento, hierarquia, legitimidade: os termos remetem ao funcionamento do campo (não apenas o acadêmico, mas todo campo) que depende, em última instância, do reconhecimento social da cientificidade. Quais são as condições para que uma determinada representação científica seja socialmente reconhecida como tal? Em outras palavras, quais são os fatores capazes de gerar aquilo que Bourdieu denomina de “efeito de ciência”?

Todo discurso com pretensão científica sobre o mundo social deve contar com o estado das representações que concernem à cientificidade e das normas que ele deve praticamente respeitar para reproduzir o efeito de ciência e alcançar assim a eficácia simbólica e os benefícios sociais associados à conformidade às formas externas da ciência (BOURDIEU, 2011:54).

Note-se que o discurso da ciência pode estar em conformidade apenas aparente com as normas garantidoras do estatuto de cientificidade. Ao associar o rigor e a profundidade a um estilo que cada vez mais recusa elementos como legibilidade e toda preocupação com a boa linguagem (BOURDIEU, 2011:54), as ciências sociais e humanas garantem os sinais de cientificidade de modo similar às ciências da natureza e/ou experimentais (leia-se tabelas, tom relatorial do texto, descrição de casos estudados em laboratório, etc).

Haveria, assim, uma similitude entre a posição ocupada pelas ciências no campo acadêmico e o estilo textual tomado como padrão de escrita acadêmica. Tudo se passa como se o escrever bem, ao mesmo tempo em que traz benefícios de ordem estética ao seu autor, coloca sob risco o efeito de ciência, de que fala Bourdieu.

É por isso que, postos diante da alternativa do escrever muito bem que pode trazer benefícios literários, mas sob o risco do efeito de cientificidade, ou do escrever mal que pode produzir um efeito de rigor ou de profundidade (como em Filosofia), mas em detrimento do sucesso mundano, os geógrafos, os historiadores e os sociólogos adotam estratégias que, para além das variações individuais, estão conformes com suas respectivas posições (BOURDIEU, 2011:53).

O caráter social desta cientificidade está, pois, na maior ou menor capacidade que um autor possui de revestir sua escrita com os signos dessa cientificidade, reproduzindo, assim, “os procedimentos e as linguagens de ciências mais avançadas” (BOURDIEU, 2011:56).

Outra questão que subjaz a essas considerações diz respeito aos riscos do jargão especializado para as humanidades, fato que tem motivado intensos debates não só entre os chamados intelectuais públicos, mas também entre os próprios especialistas. O crítico cultural de origem palestina Edward Said ocupou-se por mais de uma vez dessa questão. Seu diagnóstico do discurso acadêmico indicava que o uso da linguagem esotérica contribuía para alienar um grupo significativo de leitores. Segundo Said, “a especialização como um instrumento de distanciamento saiu do controle, principalmente em algumas formas acadêmicas de expressão, na medida em que se tornaram antidemocráticas e até antiintelectuais” (SAID, 2007:97).

Ao mesmo tempo, Said tinha consciência de que o processo de difusão do saber tem outro inimigo igualmente poderoso a ser vencido: a hegemonia do formato

curto, da manchete, da informação descontextualizada, em detrimento de uma forma discursiva suficientemente longa e deliberativa de discussão e de pesquisa. “O que tenho chamado resistência humanista precisa, portanto, ocorrer em formas mais longas, ensaios mais longos, frases mais longas (...)”, escreve Said (2007:98).

Assim, quando perguntamos sobre a possibilidade de defender uma posição generalista frente ao conhecimento, são dois os fatores que estão em questão: a) é preciso perguntar sobre qual é a linguagem utilizada pelos produtores de conhecimento; b) é necessário saber até que ponto podemos fazer concessões à simplificação sem sacrificar o aprofundamento do tema.

A partir dos anos de 1970, verificou-se uma mudança gradual de paradigma no âmbito da produção e da difusão do saber. Especialmente na França, mas não apenas lá, passou-se a falar em intelectuais midiáticos para se referir àqueles indivíduos que assumiam um papel público na sociedade. Este fenômeno, hoje já disseminado por todo o Ocidente, acabou por redefinir os papéis de especialistas e de jornalistas, gerando assim uma crise de identidade em ambos.

O fenômeno provocou também uma movimentação nas fronteiras que demarcavam os campos acadêmico e jornalístico, que aos poucos vão experimentar um entrecruzamento, sintetizado pela atuação dos chamados intelectuais-jornalistas e dos jornalistas-intelectuais. O embaralhamento das lógicas de representação está na base desta nova configuração cultural, que encontra na figura do intelectual intermediário a sua expressão mais precisa, embora bastante questionável em função dos argumentos aqui esboçados. Trata-se de um desafio a ser enfrentado por todos aqueles que estão envolvidos na produção e na difusão da ciência e do pensamento.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Tradução de Ivone Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

SAID, Edward W. **Humanismo e crítica democrática**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.